

DIPLOMACIA

Venezuela volta a provocar o Brasil

Em tom de acusação, país vizinho publicou nota contra declarações do Itamaraty

» RAPHAEL PATI

Em mais um episódio da crise geopolítica que envolve o governo brasileiro e o regime de Nicolás Maduro, o Ministério das Relações Exteriores da Venezuela publicou, ontem, uma nota em tom acusatório contra o Itamaraty e a posição do Brasil sobre o processo eleitoral que culminou na vitória de Maduro, questionada por múltiplos organismos internacionais por conta da falta de transparência ao longo do pleito.

No comunicado, o governo venezuelano acusou o Ministério das Relações Exteriores do Brasil de realizar uma “agressão descarada e grosseira” contra Nicolás Maduro, as instituições e os cidadãos venezuelanos. Além disso, considerou que o Brasil participa de uma “campanha sistemática” que violaria os princípios da “soberania nacional” e “autodeterminação dos povos”, previstas na Carta das Nações Unidas.

“O Governo da República Bolivariana da Venezuela considera incompreensível o recente comunicado redigido pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty), no qual tenta enganar a comunidade internacional, fazendo-se passar por vítima em uma situação em que claramente agiram como algozes, o que surpreendeu a sociedade brasileira, venezuelana e latinoamericana”, sustentou o governo venezuelano, em nota.

O comunicado é uma resposta à nota emitida pelo Itamaraty no dia anterior, em reação a outra provocação de um órgão oficial do governo venezuelano. A Polícia Nacional do país havia publicado, na última quinta-feira, uma mensagem indireta para o Brasil nas redes sociais: “Quem se mete com a Venezuela se dá mal”. A postagem trazia uma imagem borrada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a bandeira brasileira ao fundo. Na tarde de ontem, a publicação foi apagada.

O Itamaraty reagiu no dia seguinte, com uma nota na qual afirmou ter visto “com surpresa”

reprodução



A postagem da polícia da Venezuela, publicada no Instagram, foi vista como ameaça pelo Itamaraty



O Governo da Venezuela considera incompreensível o recente comunicado redigido pelo MRE do Brasil, no qual tenta enganar a comunidade internacional, fazendo-se passar por vítima em uma situação onde claramente agiram como algozes”

Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, em nota

a mensagem transmitida pelo órgão venezuelano “em relação ao Brasil e seus símbolos nacionais”. Além disso, citou o Acordo de Barbados, que garantia o respeito ao processo eleitoral na Venezuela, para reiterar que o Brasil foi testemunha da assinatura do acordo que, segundo o governo brasileiro, foi desrespeitado no último pleito, em julho.

Até o fechamento desta edição, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) não havia se posicionado.

Escalada

Desde as eleições venezuelanas, a relação entre Brasil e Venezuela atravessa o seu momento mais conturbado. Antes aliados próximos, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolás Maduro vivem um momento de crise diplomática, apesar de serem considerados líderes históricos do campo progressista na América Latina.

Um dos fatores que impulsionaram ainda mais o conflito entre os dois países foi o veto do governo brasileiro à entrada da Venezuela no Brics. O país vetou a entrada da nação liderada por Maduro na lista de 12 países que devem ingressar no Brics como países parceiros, uma categoria com menor poder de decisão do que a de membro pleno. A decisão ocorreu apesar de forte lobby feito pelo governo chavista, que colocou suas reservas de petróleo como moeda de troca.

A decisão gerou um atrito ainda maior entre o presidente da Venezuela e o chefe do Executivo no Brasil. No último dia 29, Maduro cobrou uma posição mais clara de Lula sobre o veto e criticou o Itamaraty, a quem atribuiu a decisão do veto. “Prefiro esperar que Lula observe, esteja bem-informado sobre os acontecimentos e que ele, como chefe de Estado, em seu momento, diga o que tem que dizer”, declarou, na ocasião.

Maduro tem mais a perder

Diante de um aumento da crise diplomática que envolve o Brasil e a Venezuela desde as eleições presidenciais do último mês de julho — que declararam a vitória do presidente Nicolás Maduro, apesar de uma série de indícios de irregularidades no processo eleitoral — analistas políticos consultados pelo **Correio** acreditam que uma escalada da tensão entre os dois países seria mais prejudicial para o regime bolivariano.

Apesar de considerar que há impactos geopolíticos negativos para ambos os lados, o mestre em estudos latinoamericanos Nicholas Borges, acredita que o cenário seria mais desfavorável para os venezuelanos, visto que o Brasil é historicamente um dos principais parceiros econômicos do país que lida com restrições e bloqueios comerciais de outros países.

“Portanto, o isolamento provocado por Maduro tem muito mais impactos negativos para a Venezuela, que tem mercados e aliados restritos, do que para o Brasil, que tem uma economia mais dinâmica e com mais parceiros no cenário internacional”, destaca o especialista.

Borges ainda avalia que Maduro esperava um posicionamento mais favorável do Brasil ao resultado que deu a vitória à sua candidatura. Apesar disso, o Brasil decidiu ficar em cima do muro, nem comprando todos os pontos da oposição



Brasil não reconheceu a vitória de Maduro, mas também não apoiou Edmundo González, seu oponente

liderada por Maria Corina, nem defendendo excessivamente a postura de Maduro. Neste momento, a tendência é para uma relação com mais tensão entre Brasil de Lula e Venezuela de Maduro, que antigamente eram aliados”, considera.

Na avaliação do cientista político Carlos Eduardo Novato, o governo Maduro aproveita a condição do Brasil, que, em tese, necessita demonstrar um tom bem mais moderado e de prudência, para “esticar a corda”. Sobre a

chance de uma ruptura entre os dois países, o especialista acredita que essa probabilidade está nas mãos do presidente venezuelano.

“No entanto, as últimas jogadas do governante venezuelano também foram calculadas e não apontam ainda para uma ruptura. Mesmo a ameaça de declaração de persona non grata contra Celso Amorim é mais um movimento pirotécnico do governo venezuelano. Maduro ainda não deu um all in (arriscar tudo)

e provavelmente não o fará, pois tem mais a perder”, analisa.

Diante disso, a postura do Itamaraty tem sido mais pragmática, com movimentos menos ariscados e somente por meio de canais oficiais. Para o cientista político e sócio da Hold Assessoria, André César, esse é o movimento ideal para o governo brasileiro diante do cenário atual. “A gente não sabe para onde vai esse jogo. Na minha avaliação, é isso que nós temos que fazer”, pontua. (RP)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Entre Trump e Maduro, Lula marcha para o centro

Placas tectônicas são pedaços da crosta terrestre, a litosfera, que flutuam sobre o magma; acima delas, estão os continentes e oceanos; eventualmente, movimentam-se e se encaixam como peças de um quebra-cabeça. No jargão da política, essa analogia geológica serve para sinalizar aproximações ou afastamentos entre seus protagonistas, como estão acontecendo na geopolítica internacional e no ambiente político interno.

Esses movimentos podem ser convergentes, quando se movem uma contra a outra, ou divergente, quando se afastam, ou transformadores, quando se movem vertical ou paralelamente. As consequências são os vulcões, terremotos e tsunamis; ou a formação dos continentes, mares e cadeias de montanhas.

Os resultados obtidos pelos partidos de esquerda nas eleições municipais são como o movimento de placas tectônicas. Terão forte influência na reposicionamento estratégico do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que enfrenta um ambiente externo completamente diverso daquele que havia quando foi eleito e um cenário político interno que o obriga a buscar a consolidação de suas alianças com os partidos de centro que participam de seu governo.

O veto de Lula à entrada da Venezuela no Brics (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e recém-ampliado com Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes) e a recente declaração de apoio à candidata democrata Kamala Harris sinalizam também um reposicionamento na política externa.

O rompimento político com Nicolás Maduro, que se tornou um ditador na Venezuela, e Daniel Ortega, na Nicarágua, demonstra compromisso de Lula com a democracia. Sua declaração sobre as eleições norte-americanas, ao identificar o ex-presidente Donald Trump com um projeto de poder de viés autoritário, reforça esse entendimento. Entre Trump e Maduro, delimitou o seu campo político externo e internamente.

A posição relativa do Brasil no mundo hoje, diante da disputa comercial entre os Estados Unidos e a China, e a reestruturação das cadeias globais de valor, que estão adquirindo novas configurações regionais, impõem novos desafios. Há um ambiente internacional conturbado, com acirramento de conflitos, como nos casos das guerras da Ucrânia e de Gaza.

Restabelecida a centralidade da democracia na política externa, o desempenho do governo do ponto de vista da economia e da sua agenda social é o vetor principal tanto da governabilidade como do projeto de reeleição de Lula, se esse for seu desejo. Mas nada virá por gravidade, exceto as dificuldades.

Não houve um tsunami eleitoral em 2024, pelo contrário, a grande maioria dos prefeitos foi reeleita. O que ocorreu foi o fortalecimento dos partidos de centro-direita, cujos deputados se entrencharam nos municípios, graças às emendas impositivas e ao fundo eleitoral. Passada as eleições municipais, a força do governo para realizar sua agenda está diretamente relacionada à expectativa de poder de Lula em 2026.

A força do centro

Outro sinal tectônico é a convergência do apoio das bancadas do PT ao deputado Hugo Motta (Republicanos), candidato a presidente da Câmara apoiado pelo atual presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e pela bancada do PL; e ao senador Davi Alcolumbre (União-AP), candidato a presidente do Senado, apoiado por Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e, igualmente, pela bancada do PL. Na velha dialética, é a unidade dos contrários.

Para além de composição política na formação da mesa e das comissões do Congresso, esse pragmatismo das bancadas do PT significa também um esforço do governo para manter Pacheco e Lira como âncoras de sua governabilidade. Entretanto, isso não se resolverá com a eleição de Motta e Alcolumbre se não houver compartilhamento de poder com os dois caciques políticos.

Como dizia o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, as eleições presidenciais são “fulanizadas” e não obedecem à distribuição de forças partidárias. As eleições municipais, porém, mostraram que a blindagem dos partidos políticos de centro e seus parlamentares deu certo, por meio das emendas impositivas e dos recursos do fundo eleitoral.

Essa máquina eleitoral encouraçada, que favorece a autorreprodução dos mandatos e o enraizamento desses partidos nos municípios, não pode ser desprezada. São forças poderosas na disputa eleitoral de 2022, com grande autonomia em relação ao ex-presidente Jair Bolsonaro, que está inegável e resolveu confrontá-las, sobretudo onde há possíveis candidatos à Presidência em 2026.

Bolsonaro chegou com força no segundo turno das eleições municipais, mas a maioria dos seus candidatos perdeu para a centro-direita, como aconteceu com a esquerda. O ex-presidente quer hegemonizar o centro, sem se deslocar da extrema-direita. Não é da sua natureza.

PASSADA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS, A FORÇA DO GOVERNO PARA REALIZAR SUA AGENDA ESTÁ DIRETAMENTE RELACIONADA À EXPECTATIVA DE PODER EM 2026